



Apresentação - Políticas Afirmativas e a Construção do Conhecimento Histórico

Lucilene Reginaldo¹

REGINALDO, L. **Apresentação - Políticas Afirmativas e a Construção do Conhecimento Histórico**
História Social, vol. 20, p. 01-09, e025012, 2025

Começo com uma confissão. Quando entrei na sala, no meu primeiro dia de aula no curso de graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), por alguns instantes, fiquei um tanto esmorecida. Era início de março do ano de 2012 e fazia pouco mais de um mês que eu assumira o cargo de professora de História da África no Departamento de História. Diante de uma sala “com cor e ares” de uma escola particular de classe média paulista, questionei-me se aquele seria realmente o meu lugar. Interpretei, à posteriori, que o impacto foi em grande parte provocado pela permanência de mais de uma década como professora numa universidade do interior da Bahia. A presença negra e mestiça na demografia baiana e, sobretudo, o clima dos debates e iniciativas em torno das ações afirmativas, notadamente entre os anos de 1997 e 2000, de certo modo “borraram” minha experiência de estudante universitária negra em São Paulo nas décadas de 1980 e 1990. Quando cheguei à UNICAMP em 2012, parecia que tinha voltado ao passado.

Mas nos anos seguintes, movimentações crescentes emitiam sinais de esperança nos corredores e salas de aula do IFCH: um atuante coletivo

¹ Doutora em História pela UNICAMP, é professora livre-docente do Departamento de História da UNICAMP.

de estudantes negros se apresentava publicamente, a constituição de uma Frente Pró-Cotas, colegas professores dispostos a discutir os limites das políticas de ação afirmativa nas universidades paulistas. E as mudanças efetivamente não tardaram. O primeiro resultado destas movimentações foi a aprovação, em 2015, de cotas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). O resultado mais significativo, um verdadeiro demarcador das políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais paulistas, foi a aprovação das cotas raciais e do vestibular indígena em 21 de novembro de 2017.²

Passada uma década, oferecendo a mesma disciplina, no mesmo curso de História, encaro uma sala de aula verdadeiramente diversa, tanto socialmente e racialmente, quanto em termos de identidades de gênero. Neste novo cenário, descobertas e desafios pessoais e intelectuais têm sido muito frequentes, ora emocionantes, por vezes provocantes. Uma apresentação do livro *O mundo se despedaça*, do escritor nigeriano Chinua Achebe, me deixou emocionada. Diante dos meus olhos, um estudante indígena se apropriava do drama do personagem ibo nos seus próprios termos, tão semelhante quanto diferente da sua experiência pessoal e coletiva. Em outra ocasião, fui tomada pelo entusiasmo com os comentários de uma estudante (mulher trans) sobre o livro *Esse cabelo*, da escritora angolana-portuguesa Djaimilia Pereira de Almeida. A maneira como ela leu e interpretou o livro apresentou-me um ponto de vista que só o seu deslocamento poderia conceber.

Aqui me abstenho de entrar em detalhes sobre a história recente da conquista das cotas na UNICAMP. Colegas e estudantes, inclusive em textos publicados neste dossiê, já o fizeram muito bem.³ O mesmo serve

² ALVES FILHO, Manuel. Em decisão histórica Unicamp aprova cotas raciais e vestibular indígena. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, 21 de nov. 2017. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/11/22/em-decisao-historica-unicamp-aprova-cotas-etnico-raciais-e-vestibular/>

³ Sobre as cotas na Pós-Graduação do IFCH, ver: SILVA, Mario Augusto Medeiros. Rumos e desafios das políticas de ações afirmativas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. In: ARTES, Amélia; SILVÉRIO, Valter. **Ações afirmativas**

para um histórico nacional das iniciativas. O acervo bibliográfico sobre as ações afirmativas e as políticas de cotas nas universidades brasileiras é vasto e bastante denso. Há estudos de caso, análises regionais, avaliações da política, enfim, um sem número de trabalhos frutos de pesquisas qualitativas e quantitativas.⁴ Essa constatação de certo nos obriga a refletir sobre as contribuições de um novo dossiê que trata do mesmo tema. O que haveria de novo além da ampliação cronológica do campo de observação? Após a leitura dos textos que compõem este dossiê, eu tenho uma hipótese.

Ainda que o impacto institucional e acadêmico da presença de novos sujeitos tenha sido reconhecido desde as primeiras iniciativas de ação afirmativa nas universidades brasileiras, quero crer que, com o passar dos anos, elas adquiriram um lugar central nas mobilizações e nos debates sobre a manutenção e ampliação das cotas. Assim, ao longo dos últimos anos, temas como: ingresso, permanência, representação, conteúdos curriculares e epistemologias estiveram (e estão) entrelaçados às reivindicações e processos de implementação de políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras. Penso que o dossiê aqui apresentado é expressivo deste cenário, uma vez que chama a atenção para as implicações institucionais e epistemológicas da presença desses novos sujeitos nos meios acadêmicos como elementos constitutivos das políticas de ação afirmativa, sujeitos entre os quais se incluem a maioria dos autores e autoras dos artigos.

O primeiro texto do dossiê apresenta um panorama atualizado do debate político, da implementação e da legislação sobre as cotas no Brasil. Por meio de uma revisão da literatura, Gustavo Henrique Camargo Eufrásio analisa a relevância das ações afirmativas na democratização do ensino

no Brasil - V. 02 - Experiências bem-sucedidas de acesso na pós-graduação. São Paulo: Editora Cortez, 2016. Sobre o movimento pelas cotas raciais na UNICAMP, ver: RIBEIRO, Bruno Nzinga; MESQUITA, Tayná Victória de Lima; LIMA, Stephanie Pereira de. A Unicamp precisa falar sobre cotas: sujeitos, movimentos e disputas. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 2, p. 1-23, e203122, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe203122. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/203122>. Acesso em: 8 dez. 2025.

⁴ Entre as referências fundamentais; <https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/>. SANTOS, Jocélio Telles dos (org.). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 2012. 288p. Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/1015.pdf>

superior público brasileiro. Aborda desde as primeiras iniciativas institucionais, nos anos 2000, até a revisão recente da lei de cotas, em 2023, chamando a atenção para os dados que atestam o sucesso da política. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, há uma maioria de estudantes negros nas universidades públicas do país, um inegável saldo satisfatório da política. Além disso, o autor destaca a bem sucedida resistência da política às tentativas recentes de retrocesso, ocorridas entre os anos de 2021 e 2022, e os avanços da atualização de 2023 que, entre outros pontos merecedores de nota, consta a inclusão de cotas para pessoas quilombolas.

Na sequência, apresento os três artigos que abordam experiências institucionais cuja abordagem entrelaça, de diferentes formas, práticas institucionais e dimensões epistemológicas das ações afirmativas. O artigo de Aldair Rodrigues enfatiza especialmente as implicações das cotas na produção de conhecimento acadêmico. Seu foco de análise é impacto epistemológico da incorporação de 17 acervos ligados ao movimento negro e ao Hip Hop ao Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), realizada entre 2020 e 2025 no âmbito do projeto Afro Memória. O artigo apresenta um histórico das cotas na UNICAMP, os debates e práticas de incorporação dos acervos, a inserção de estudantes cotistas no projeto e, por fim, as mudanças provocadas pela incorporação dos acervos nos sistemas de referência e catalogação da universidade, a fim de dimensionar o impacto da presença negra na produção do conhecimento acadêmico. Por outro lado, o artigo de autoria de Alekin Ambrósio e Carla Regina Silva chama a atenção para as reticências institucionais à aplicação da lei 10.639/2003, especialmente no tocante ao estudo das relações étnico-raciais, nos cursos de formação em Terapia Ocupacional. Autore e autora constataam que o racismo epistêmico e institucional se impõe, a despeito das fartas evidências do impacto das desigualdades raciais no acesso aos serviços de saúde. O artigo de Ana Maria Carvalho dos Santos, Carina Silva de Carvalho Oliveira e Cintia Souza Machado Ferreira faz uma apresentação detalhada das ações afirmativas na Universidade Estadual de Feira de Santana-Ba, desde a criação do primeiro

coletivo de estudantes negros ativistas das cotas, em 1996, até a implementação de cotas para docentes, em 2020. O histórico das ações afirmativas na UEFS suscita comparações com outras experiências em vários aspectos. Especificamente com a da UNICAMP, apresentada por Aldair Rodrigues, chama atenção a experiência comum do ativismo de coletivos de estudantes negros como principais propulsores da adoção e implementação das ações afirmativas. Por outro lado, a implementação precursora das cotas para pessoas quilombolas na UEFS em 2006, em contraste com a dificuldade para sua adoção na UNICAMP, é expressiva da presença demográfica e da força política destes grupos na Bahia, desde a constituição de 1988.

As contribuições de Glauber Henrique Rocha e de Maria da Conceição Bezerra dos Santos Sobrinha têm como foco a trajetória de dois personagens, por meio dos quais ambos estabelecem diálogos transversais com o tema do dossiê. Rocha nos apresenta um personagem ímpar na história das políticas de acesso ao ensino superior no Brasil. José de Souza Marques nasceu em 1894 no Rio de Janeiro, filho de um marceneiro e uma lavadeira, moradores no morro de São Carlos. A conversão ao protestantismo, aos 19 anos, transformou radicalmente a vida de Marques, que passou de aluno a professor do Colégio Batista do Rio de Janeiro e, 10 anos mais tarde, a proprietário de um colégio particular, atual Fundação Técnico-Educacional Souza Marques de Ensino Superior. Como deputado estadual no Rio de Janeiro, nos anos de 1970, apresentou um projeto de criação de um Banco Nacional para financiamento dos estudos de estudantes pobres, buscando institucionalizar uma prática de crédito adotada em sua própria instituição de ensino. Rocha apresenta Souza Marques e seu projeto, defendendo como este serviu de inspiração e precursor do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Certamente, estamos diante de um personagem singular na história do acesso ao ensino superior no Brasil. Maria da Conceição Sobrinha apresenta Umbelina Araujo, conhecida como “Mãe Bilina de Laranjeiras”, antiga mestra das taieiras de Laranjeiras e lôxa da Irmandade de Santa Bárbara Virgem, uma das comunidades nagô no território sergipano, evidenciando seu reconhecimento como

uma das principais fontes sobre a história e a cultura afrodiaspóricas em Sergipe, especialmente no que tange às identidades nagô. Nesse sentido, segundo Santos Sobrinha, apesar de não dominar a escrita e a leitura, os conhecimentos orais transmitidos por Mãe Bilina também constituem o acervo de uma história afrodiaspórica sergipana “escrita por mãos negras”.

A referência direta a Beatriz Nascimento no final do artigo anteriormente apresentado evidencia uma das principais demandas dos novos pesquisadores e pesquisadoras negras que acessaram o ensino superior, nos diferentes níveis, nas últimas décadas: o reconhecimento e inserção da produção intelectual de autores negros e autoras negras nos seus currículos de formação e nas suas pesquisas. E é justamente esse o eixo central do artigo de Carina Zacarias Barros, um relato pessoal marcado pelo enfrentamento da intelectual negra com a resistência de colegas e professores aos debates suscitados por uma presença ativa e inquieta de estudantes negros e negras nos meios acadêmicos. Na mesma tônica da trajetória pessoal como fio condutor de reflexão sobre um coletivo mais extenso, fecha o dossiê uma excelente entrevista com Solluá Borges de Souza, doutoranda em Ciências Sociais, pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, coordenadora do Núcleo de Consciência Trans (NCT) e do Transpologias, Grupo de Estudos em Travestilidades, Transexualidades e Não-binariedades, todos na UNICAMP. A entrevistadora, Letícia Asfora Falabella Leme, é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP e uma das editoras da revista. Além de apresentar um histórico muito detalhado da organização que protagonizou a aprovação das cotas trans no Conselho Universitário da UNICAMP, em 01 de abril de 2025, Solluá Borges de Souza compartilha reflexões muito densas sobre pedagogias, saberes e epistemologias trans, travestis e não-binárias.

Quero crer que o texto-entrevista que encerra o dossiê evidencia a questão central que permeia o conjunto dos trabalhos. A relação da universidade com aqueles, aquelas e aquelxs que legitimamente adentraram seus espaços nas últimas décadas é o grande desafio institucional e epistemológico dos próximos tempos. E não tem mais volta!

* * *

Capa: Composição de Letícia Asfora Falabella Leme.

Editores deste Volume: Alanna Perônio (Mestra/UNICAMP); Allan Cavalcanti de Moura (Doutorando/UNICAMP); Aly Brenner Nogueira Pereira (Mestranda/UNICAMP); Ayrle Alves de Figueiredo (Mestra/UNICAMP); Diego Pereira (Doutorando/UNICAMP); Franco Alves Biondi (Doutorando/UNICAMP); Ivan Sicca Gonçalves (Doutorando/UNICAMP); Júlia Freitas Pinto Santana (Mestranda/UNICAMP); Letícia Asfora Falabella Leme (Doutoranda/UNICAMP); Lina Alegria (Doutoranda/USP); Lívia de Oliveira Mendes (Mestranda/UNICAMP); Talison Mendes Picheli (Doutorando/UNICAMP).

Editores Científicos: Aldair Carlos Rodrigues (Departamento de História/UNICAMP); Lucilene Reginaldo (Departamento de História/UNICAMP).

Bolsistas: Gabriela Alves Silva (graduanda em História/UNICAMP); Luane Marques de Araújo (graduanda em Ciências Sociais/UNICAMP)

Estagiária: Nara Romero Montenegro (Estágio Obrigatório - Graduação em História/UNICAMP)

Conselho Científico: Prof. Dr. Aldrin de Moura Figueiredo (UFPA); Profa. Dra. Ana Carolina da Silva Borges (UFMT); Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott (UNICAMP); Prof. Dr. Caio Pedrosa da Silva (UEL); Profa. Dra. Caroline Garcia Mendes (UFMT); Profa. Dra. Caroline Silveira Bauer (UFRGS); Profa. Dra. Cátia Franciele Sanfelice De Paula (UNIR); Profa. Dra. Daniela Pistorello (Univille); Prof. Dr. Edson Machado de Brito - Edson Kayapó (IFBA); Profa. Dra. Elciene

Azevedo (UEFS); Profa. Dra. Fernanda Oliveira (UFRGS); Profa. Dra. Flávia Carvalho (UFAL); Prof. Dr. Gabriel Ferreira Zacarias (UNICAMP); Profa. Dra. Iara Lis F. Schiavinatto (UNICAMP); Prof. Dr. Ismael del Olmo (UBA); Profa. Dra. Joana Campos Clímaco (UFAM); Prof. Dr. João Fábio Bertonha (UEM); Prof. Dr. Leandro Duarte Rust (UnB); Profa. Dra. Luana Saturnino Tvardovskas (UNICAMP); Profa. Dra. Lúcia Helena Oliveira Silva (UNESP); Profa. Dra. Luciana da Cruz Brito (UFRB); Prof. Dr. Luis Guilherme Assis Kalil (UFRRJ); Profa. Dra. Mariléa de Almeida (UnB); Profa. Dra. Naiara dos Santos Damas Ribeiro (UFJF); Profa. Dra. Patrícia da Silva Reis Marques (UFRJ); Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron (UFPA); Prof. Dr. Robério Souza (UNEB); Prof. Dr. Rui Luis Rodrigues (UNICAMP); Prof. Dr. Sidney Chalhoub (Harvard University); Profa. Dra. Vanicleia Silva Santos (Penn Museum); Prof. Dr. Waldomiro Lourenço da Silva Jr. (UFSC); Profa. Dra. Ynaê Lopes dos Santos (UFF).

Pareceristas deste volume: Prof. Dr. Aldair Carlos Rodrigues (UNICAMP); Profa. Dra. Alejandra Judith Josiowicz (UERJ); Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez (UNICAMP); Ana Carolina Monteiro Paiva (Doutoranda/UNICAMP); Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz (UFSCar); Ana Paula de Lima (Doutoranda/UNICAMP); Caio Arrabal Fernandez Jabbour (Mestrando/UNICAMP); Prof. Dr. Caio Giulliano de Souza Paião (UEFS); Profa. Dra. Claudia Monteiro Fernandes (UCSal); Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP); Profa. Dra. Elaine Ribeiro da Silva dos Santos (UNIFAL); Profa. Dra. Eliza de Souza Silva Araujo (UFF); Eva Aparecida dos Santos (Doutora/USP); Profa. Dra. Fabiane Popinigis (UFRRJ); Profa. Ma. Flaviane Ribeiro Nascimento (IFBA); Franciele da Silva Santos (Doutora/UERJ); Gabriela Marta Marques de Oliveira (Doutora/UFRJ); Iamara de Almeida Nepomuceno (Doutoranda/USP); Profa. Dra. Ingrid Silva de Oliveira Leite (UFSJ); Jamile de Brito Palafoz (Doutoranda/UFBA); Jéssica Cristina Rosa (Mestre/UNICAMP); Prof. Dr. João Júlio Gomes dos Santos Jr (UDESC); Jonatas

Roque Ribeiro (Pós-Doutorando/USP); Josemeire Alves (Doutora/UNICAMP); Leandro Rodrigues dos Santos (Doutorando/UNICAMP); Lorena Féres da Silva Telles (Doutora/USP); Profa. Dra. Lucia Granja (UNICAMP); Maisa Elena Ribeiro (Doutora/UNICAMP); Profa. Dra. Maria Auxiliadora Gadelha da Cruz (UECE); Profa. Dra. Maria Jaqueline de Grammont Machado de Araújo (UFSJ); Maria Larisse Elias da Silva (Doutoranda/UFF); Maria Leão de Aquino Silveira (Doutora/UERJ); Mário Eugenio Evangelista Silva Brito (Doutorando/UNICAMP); Profa. Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL); Prof. Dr. Maurício Parada (PUC-Rio); Profa. Dra. Núbia Aguilar Moreno (UFRJ); Odara Dias Philomena (Doutoranda/UFRJ); Prof. Dr. Paulo Alberto dos Santos Vieira (UNEMAT); Prof. Dr. Paulo Cruz Terra (UFF); Pedro de Castro Picelli (Doutor/UNICAMP); Rebecca Hodesh Muniz de Souza Rozas (Doutoranda/UNICAMP); Prof. Dr. Reginaldo Tadeu Sociro de Faria (IFSP); Tânia Gorayeb Sucupira (Doutora/UFC); Prof. Dr. Tarcísio Luiz Pereira (UFMS); Thiago Henrique Sampaio (Doutor/UNESP); Vivian Nascimento de Jesus (Doutoranda/UERJ); Wanderson da Silva Chaves (Doutor/USP).